

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Audiência pública esquenta debate sobre isenção do ICMS no diesel

Benefício fiscal para transporte coletivo é objeto de projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa

Iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça atraiu, dia 3, representantes de sindicatos, usuários do transporte urbano, secretários municipais e vereadores, lotando Auditório Antonieta de Barros. Em discussão, o projeto de lei, de autoria do deputado Darci de Mattos, que defende o benefício fiscal sobre o diesel adquirido por concessionárias do transporte coletivo como forma de baratear as tarifas.

A situação do transporte coletivo é considerada crítica no país. Segundo o IPEA, 37 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza estão impedidos de usar ônibus.

O aspecto técnico do projeto, que representa uma renúncia fiscal de R\$ 12 milhões ao ano, está sendo analisado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

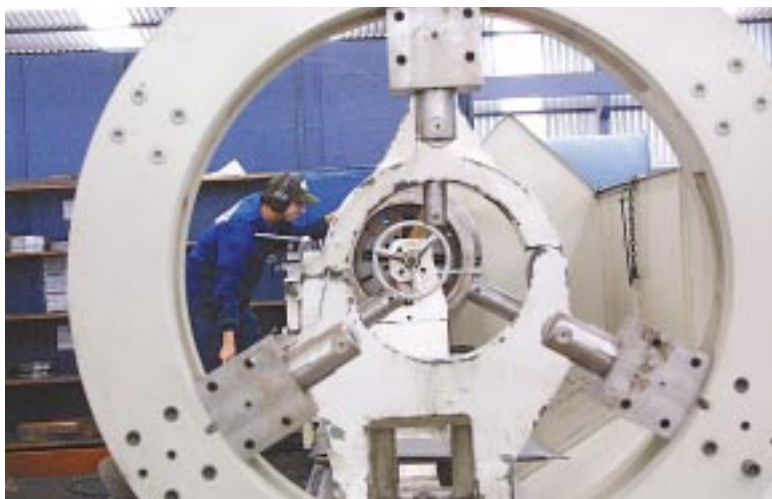


Carlos Kilian

Página 8 Público acompanha reunião promovida no Auditório Deputada Antonieta de Barros; representantes do setor elogiam atuação do Parlamento

SC pronta para produzir biocombustível

Solon Soares



Componente de usina de reciclagem que está sendo fabricada em Capinzal

Os catarinenses estão se preparando para produzir em escala comercial biocombustíveis a partir de sementes de girassol, mamona, canola, pinhão manso e tingue. Em outra frente, a iniciativa privada coloca no mercado usinas de reciclagem de matéria-prima para fazer biodiesel. Em breve, será assinado convênio com o governo federal para regular a produção e o fornecimento.

Páginas 6 e 7

Assembleia cede impressora Braille para FCEE

Jonas Lemos Campos



Equipamento vai facilitar a vida de deficientes visuais

Página 5

OPINIÃO

CPMF: a filha renegada*

Está em discussão no Congresso Nacional, em alguns setores da sociedade e na grande imprensa, a prorrogação da CPMF. Os pais dessa criação (PFL, PSDB...), representantes dos grandes grupos econômicos do país, estão, agora, renegando a própria filha. Achem incômoda uma tributação que acesse e fiscalize as suas contas bancárias.

Aqueles que a criaram, e agora a combatem, são os mesmos que contribuem para que não evolua o projeto da Reforma Tributária, proposto pelo Governo Federal no intuito de unificar os diversos impostos vigentes (CPMF, ICMS, IPI, PIS, COFINS, CIDE, ISS) no IVA – Imposto Sobre o Valor Adicionado. Caso aprovada, a Reforma Tributária reduziria radicalmente as possibilidades de guerra fiscal

*Este artigo foi publicado na edição anterior com o nome do autor trocado.

entre os estados e o custo do recolhimento dos impostos para as empresas, facilitaria a fiscalização pelos governos, minimizaria os caminhos da corrupção e criaria um ambiente favorável para a tão sonhada redução da carga tributária, mas de forma progressiva e responsável.

Embora na origem tenha sido bastante polêmica, a fórmula de arrecadação da CPMF acabou por constituir-se num dos tributos mais justos do país, pois quem mais movimentava mais paga, inviabiliza a sonegação e é forte elemento de distribuição da renda nacional.

Dos 0,38% que a CPMF arrecada da movimentação financeira nacional, 0,16% são repassados ao Fundo Nacional de Saúde, que financia o SUS – Sistema Único de Saúde e obras de saneamento básico para

as pequenas cidades, entre outros serviços; 0,08% se destinam ao Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza, com ações suplementares em termos de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar insuficiente, além de outros programas de relevante interesse social, voltados à melhoria da qualidade de vida de nossa população; 0,079% custeiam a Previdência Social, cobrindo aposentadorias de cunho social e 0,06% a Desvinculação da Receita da União.

Trata-se de recursos que, inegavelmente, movimentam a economia brasileira, geram empregos e retornam aos estados e municípios em forma de políticas públicas diretamente voltadas à população mais pobre deste país.

Deputado Décio Góes (PT)

E se não fosse a oposição?

Quando não consegue resposta para as denúncias de desmandos, ilegalidades e irregularidades, o Governo lança mão do recurso mais fácil: tentar desqualificar a oposição. E o faz de uma forma tão despidorada que chega a provocar suspeitas, junto a algumas pessoas, de que os opositoristas não estariam apenas defendendo os interesses maiores de Santa Catarina, mas a questiúnculas pessoais ou partidárias. Não é exatamente um jogo limpo do Governo, para dizer o mínimo, mas é uma saída desesperada de quem não tem argumento – e nem razão.

Durante a campanha eleitoral, o atual governador cometeu ilegalidades (abuso do poder econômico, abuso do poder de autoridade e abuso do uso dos meios de comunicação, tudo crime) e é dever da oposição denunciar essas arbitrariedades. E o Governo, sem poder responder às acusações, diz que o PP quer apenas “ganhar no tapetão”, mesmo com o compromisso formal, por escrito, de Esperidião Amin, segundo colocado na vota-

ção nas eleições, de que no caso de cassação do governador, só assumiria se houvesse nova votação!

Uma boa sugestão para se neutralizar essa postura do Governo é sugerir que a sociedade faça a seguinte pergunta: E se não fosse a oposição, que caminho teria tomado determinada denúncia?

Antes de tudo, é preciso que haja consciência, por parte de toda a sociedade, para o real papel da oposição. Afinal, quem escolhe a oposição é a própria sociedade: ao depositar seu voto na urna, o cidadão, a cidadã, diz quem será Governo e quem irá legislar e fiscalizar as ações do Executivo. A oposição tem tanto valor quanto o Governo e são os dois pratos da mesma balança do jogo democrático. Com relação à pergunta inicial, podemos responder: não fosse a oposição, esse Governo teria cometido muito mais arbitrariedades. Só em ações populares o PP ingressou com mais de 30, sem falar outros recursos judiciais. Não fosse a pronta ação do PP (neste caso, com o apoio do PT), os municípios catarinenses perde-

riam uma boa parte de sua receita, já que a sanha do Governo tiraria recursos deles via Fundosocial. Não fosse o PP alertar, e o Governo teria promovido um tarifaço vergonhoso nas taxas de serviços da Segurança Pública, cobrando aumentos de até 9.500%. Nós gritamos, chamamos a atenção de outros partidos e o Governo teve de recuar. Voltou agora com um substitutivo de onde sumiram os números gritantes, mas que, em compensação, generalizou os aumentos naquelas taxas. O que continuamos a denunciar!

Há ainda vários outros casos que poderíamos colocar como resposta à pergunta inicial. E tanto é verdade esta nossa assertiva que o Governo e os que o apóiam, muitas vezes perdem o rumo e, no desespero, deixam a tentativa de desqualificação de lado e parte logo para a ignorância, com gritarias e até desafios para “resolver tudo lá fora”. Tomara que a sociedade esteja tão bem atenta quanto nós!

Deputado Kennedy Nunes (PP)



Presidente Julio Garcia (DEM) cumprimenta Mario Galofre Cano

Assembléia recebe embaixador colombiano

O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), e o deputado Antônio Aguiar (PMDB) receberam, dia 3, o embaixador colombiano Mario Galofre Cano. O objetivo da visita foi estreitar as relações comerciais com os catarinenses, aproveitando a localização estratégica da Colômbia em relação ao Brasil.

Para o embaixador, o governo colombiano está disposto a facilitar a distribuição dos produtos brasileiros para a América Central, América do Norte e Europa. As empresas Votorantim, Gerdau e Petrobrás já possuem filiais naquele país. “Vimos aqui para convidar o estado e todo o país para se aproximar ainda

mais da Colômbia. Contamos com a sua ampla influência no sistema político local para aumentar os investimentos e na transferência de tecnologias para o nosso país”, solicitou.

Segundo Galofre Cano, há um esforço conjunto entre governo e sociedade colombianos para reconquistar espaços perdidos e resgatar a segurança. Para Julio, novas empresas se instalarão na Colômbia à medida que a segurança do país for se ampliando. “A Colômbia está caminhando nesta direção e fazendo a sua parte. Com isso, trará os resultados. Vamos ajudar a difundir esta nova Colômbia”, observou.

[AGENDA]

- **10 de setembro, 14 horas:** Comissão de Educação – Audiência pública para debater o Artigo 171 da Constituição Estadual e o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior em Santa Catarina
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- **10 de setembro, 19 horas:** Exposição “Arábia - Impressões e Miragens”, de Mirian Furtado Krieger
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho
- **11 de setembro, 14 horas:** Reunião do Fórum Parlamentar Ítalo-brasileiro
Local: Sala das Comissões
- **13 de setembro, 8h30:** Reunião do Parlasul
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andréa Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlainne Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves

Estagiários: Ariana Barbosa, Cláudio Búrigo de Menezes, Diego Xavier, Diogo Ferreira, Juliana Zanatea, Luana da Cruz, Ricardo Antônio Pitorini e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Estado deve ganhar Memorial Catarinense de Direitos Humanos

Audiência pública reacende debate em torno da criação do centro de referência no tratamento de informações e documentos relacionados ao regime militar

Denise Arruda Bortolon

A Assembléia Legislativa realizou dia 30 uma audiência pública para tratar da criação do Memorial Catarinense de Direitos Humanos. A discussão ficou em torno da administração do memorial, que deverá ser feita por uma instituição ou entidade não-governamental.

A audiência foi promovida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). O encontro reuniu expresos políticos, pesquisadores, especialistas e entidades, ligadas à questão dos direitos humanos.

O papel do memorial será

reunir e disponibilizar para pesquisa documentos, vídeos, livros e depoimentos sobre a violação dos direitos humanos ocorrida em todo o país no período da ditadura militar. A idéia é transformar o memorial numa espécie de centro de referência no tratamento das informações e documentos relacionados principalmente ao período do regime ditatorial militar de 1964-1985, tendo como centro das atenções campos político, sócio-cultural, trabalhista, educacional e estudantil.

Luta

A história da deputada Ada está diretamente ligada a este período. Seu pai Addo Faraco teve seu mandato de deputado cassado pelo Ato Institucional durante o regime militar, em 1964. Foi o primeiro preso político



Fotos: Carlos Kilian

Promovida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, audiência reuniu pesquisadores e especialistas

de Santa Catarina. "Nunca abandonei a luta. Meu pai ficou preso durante oito anos, quatro deles sem ver o sol. Lutei pela anistia e

também fui presa em 1968".

Ela acredita que a anistia não significa esquecer o que aconteceu no passado. "Que-

remos resgatar a história dos anos 70 até os dias de hoje com a construção deste memorial", justificou.



Público acompanha discussão em torno da constituição do centro, que deve contar com ajuda das universidades

Professor defende resgate de cicatrizes

O professor de Sociologia da UFSC, Fernando Ponte, afirmou que o memorial resgatará marcas invisíveis que prejudicam a democracia e mutilam o desenvolvimento das futuras gerações. Ponte está diretamente ligado à criação do projeto do memorial. Para ele, o espaço não será palco de vinganças, mas dará acesso a livros, vídeos e documentações. "Atualmente, a grande maioria dos acervos sobre este período é particular, ou está em Curitiba, ou em Brasília. É impossível que o Estado

concorde com este seqüestro da nossa memória."

O projeto prevê que o memorial seja uma instituição pública de livre acesso. Pretende ainda que este período de difícil acesso a documentos e relatos deixe de estar restrito à discussão e estudos no âmbito acadêmico, embora este aspecto tenha que ser fomentado.

O Rio Grande do Sul tem um memorial como o proposto para Santa Catarina. A entidade, no entanto, está vinculada a uma política de governo, conforme o professor

do curso de História da Udesc, Reinaldo Lindolfo Lohn.

As universidades catarinenses, bem como o governo, não podem ficar omissos nessa discussão, segundo o representante da UFSC, professor Celso João Carminati. Para ele, estas instituições têm uma dívida com a sociedade sobre o assunto. "Este espaço será fundamental para resgatar a história. Estamos nos esforçando para proporcionar o seu abrigo e o tornar referência. A UFSC se sente lisonjeada e desafiada por participar deste projeto."

Deputados aprovam e elogiam iniciativa de 'recontar história'

Os deputados presentes na audiência pública elogiaram a decisão. Para o deputado Sargento Soares (PDT), a construção do memorial será uma grande contribuição para o futuro. "Porém, ele não pode servir para falar só do passado, não pode servir apenas para homenagens. Deverá ser um espaço de resistência da classe trabalhadora e dos povos oprimidos", emendou, dizendo que o local deverá recontar a história todos os dias, já que a "luta de classes" ainda não terminou.

A magnitude do projeto foi enfatizada pela deputada Odete de Jesus (PRB). "É o resgate de quem colaborou para o desenvolvimento do nosso Estado e resgate da dignidade. Muitas pessoas foram violadas em todos os seus direitos. Este é um momento histórico", comemorou.

Para o deputado Décio Góes (PT), o projeto representa o resultado da luta pelos Direitos Humanos dos últimos 30 anos. "Separados não vamos viabilizá-lo. Juntos ele pode ser uma realidade. Além disso, não imagino uma repartição pública para cuidar dele. Imagino uma fundação pública, com a partici-

pação de instituições acadêmicas", sugeriu.

A história da ditadura tem que ser conhecida em sua profundidade, acredita o deputado Professor Grandó (PPS), que mencionou as diversas lutas porque passou, como a anistia, as eleições diretas e a constituinte. "Quero ressaltar aos jovens que nem sempre foi assim. Porque às vezes eles imaginam que as coisas sempre foram deste jeito", esclareceu.

Temor

O presidente estadual do PDT, ex-deputado Manoel Dias, Maneca Dias, que foi preso político pelo Ato Institucional 5 (AI-5), em 1968, teme que a memória vá se diluindo e as causas daquele período sejam esquecidas pelas futuras gerações. "Por isso, o memorial terá um papel fundamental, pois duas ou três gerações foram alienadas. Não podemos ignorar a história de Paulo Stuart Wright, um americano que veio para o Brasil ainda criança e fez pelo nosso país mais do que muitos brasileiros". Ele também defendeu que o memorial venha a ser administrado por uma fundação.

INSTITUCIONAL

Entrevista/Deputado Renato Hinnig (PMDB)

“Temos a função de mobilizar a sociedade”

Como coordenador de cinco Fóruns Permanentes, deputado fala da experiência de buscar propostas que resultem em ações legislativas

Eduardo Guedes de Oliveira

Scheila Dziedzic

AL Notícias – Quais são as funções e as propostas de um fórum permanente?

Renato Hinnig – O Fórum tem a intenção de ser um elemento articulador e fomentador da política que ele trata. A Assembléia não tem função executiva, mas de mobilização da classe política, da sociedade. E através destas reuniões dos fóruns é que trazemos os assuntos para serem debatidos com as lideranças representativas da sociedade em geral, as ligadas especificamente ao setor envolvido e ainda com o governo do Estado. A partir disso, são traçadas diretrizes e extraídas propostas que podem resultar em ações de caráter legislativo. Um exemplo é o Fórum Permanente do Aquífero Guarani e Pró Rio Uruguai. Nós tivemos três reuniões, uma delas em Lages em que foi apresentado um projeto de elaboração de um Másterplan, planejamento global envolvendo 12 municípios da Região Serrana com a adesão de seus respectivos prefeitos. Foi denominado Projeto Parque dos Lagos e receberá do Funturismo recursos no valor de R\$ 240 mil. O objetivo é explorar a questão turística nos diversos lagos que existem em função das barragens criadas naquela região e que vão desenvolver um grande pólo de turismo.

AL Notícias – Um dos Fóruns de maior repercussão é o do gerenciamento costeiro. Qual é a proposta de atividade para ele?

Renato Hinnig – No Fórum do Gerenciamento Costeiro, nós estamos propondo um projeto que explore a construção de marinas, esportes náuticos, construção de barcos, entre outras atividades, para desenvolver a região litorânea dentro da concepção de agregação de valores. O que está faltando para que isso se concretize é uma definição clara do que compete a cada ente realizar e quais são os cuidados que nós temos que ter com a preservação ambiental. É o que devemos fazer de forma articulada com os 36 municípios envolvidos nesta questão do gerenciamento costeiro, em relação à elaboração dos planos diretores de cada município. Observar a legislação ambiental que trata do espaço terrestre e espaço náutico. O que está faltando, na verdade, é segurança



jurídica para os empreendedores e a definição clara e legal para que os órgãos de fiscalização responsáveis possam executar seu trabalho.

AL Notícias – O senhor tem uma história ligada ao cooperativismo em seu início de carreira. O que defende para o fórum que aborda este assunto?

Renato Hinnig – Tenho um entendimento muito claro que para a resolução de todo e qualquer problema apresentado sejam aplicados os princípios, valores e a doutrina do cooperativismo. Nós encontramos nisto uma solução baseada na solidariedade, no voto democrático, no qual cada associado possa expressar como deva funcionar a sociedade cooperativa e o gerenciamento ser feito pelos próprios cooperados. Mas para isso é preciso fazer um trabalho de sensibilização da sociedade. Articular grupos profissionais de interesse comum para passar a eles esses princípios, de maneira a se organizarem e desenvolverem as suas atividades sob a forma de cooperativismo. Neste sentido temos a preocupação que nos foi trazida pela Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina para a criação de uma legislação estadual

do cooperativismo. Já existe uma abordagem neste sentido no Executivo, mas que não está andando com a celeridade necessária e provavelmente verei apresentar esta proposta via Legislativo. Definindo todo um amparo legal para o funcionamento das cooperativas, desde sua organização até o que seria competência do Estado.

AL Notícias – Do que irá tratar o Fórum dos Bombeiros Voluntários?

Renato Hinnig – Nós tivemos uma reunião prévia com a entidade que congrega os bombeiros voluntários e devemos instalar ainda em setembro o fórum. Nos países mais desenvolvidos a forma de organização que melhor dá resultado é a dos bombeiros voluntários. Isto porque há um envolvimento da comunidade, participação da sociedade para a manutenção deste serviço, com uma interferência mínima do Estado nesta questão. E aqui em Santa Catarina temos bons exemplos de organizações voluntárias, como é o caso da cidade de Joinville. Já a estrutura do corpo de bombeiros militar envolve a participação do Estado na sua manutenção integral, aumentando os custos públicos.

Saiba mais

Nome: Renato Hinnig

Idade: 52 anos

Natural: Venâncio Aires (RS)

Partido: PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)

Região do Estado que representa: Grande Florianópolis

Atividade: Fiscal da Secretaria Estadual da Fazenda

Legislatura: Foi eleito deputado estadual para sua primeira legislatura com 42.417 mil votos

Fóruns presididos pelo deputado Renato Hinnig

- **Fórum Permanente do Programa Pró-Rio Uruguai e Aquífero Guarani:** Possibilita uma ampla discussão e sensibilização que subsidie um plano para o desenvolvimento sustentável que contemplará Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai e Aquífero Guarani, fontes fundamentais de suprimento de água superficial e subterrânea.

- **Fórum Permanente do Gerenciamento Costeiro:** Promove a discussão e esclarecimentos sobre os instrumentos legais que norteiam os planos nacional e estadual de gerenciamento costeiro, bem como sua implementação nos municípios, junto a instituições governamentais, gestores municipais e sociedade civil organizada.

- **Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável:** Ligado diretamente ao clima e capacidade hídrica, envolvendo aspectos para o equilíbrio social, ambiental e econômico. Trazendo ao Parlamento Catarinense um espaço constante para o debate, estudo e elaboração de projetos que beneficiem o desenvolvimento sustentável.

- **Fórum Permanente de Cooperativismo para Desenvolver Santa Catarina:** Incentiva, através do Poder Legislativo, o cooperativismo em parcerias com entidades da sociedade civil, contribuindo na promoção de programas e ações que visem sua constituição e fortaleça o princípio da inclusão social.

- **Fórum Permanente dos Bombeiros Voluntários:** Buscará solução social adequada e incentivo financeiro às corporações existentes e às novas corporações. São mais de 4.600 bombeiros voluntários que atuam em Santa Catarina suprimindo lacuna nos locais os quais o Estado não se faz presente em face às dificuldades financeiras.

Como funcionam

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa prevê em seu artigo 40 que os Fóruns Permanentes serão constituídos a requerimento de um décimo dos membros do Legislativo, ou seja, com o mínimo de assinatura de quatro parlamentares. Aprovado pelo Plenário deverá atender aos seguintes princípios:

- Os Fóruns Permanentes tratarão de matérias de grande e notório interesse para o povo catarinense e que, por sua natureza e complexidade, não possam ser acompanhadas pelas Comissões Permanentes.

- Integrarão os Fóruns Permanentes, no mínimo, um representante de cada partido ou bancada, podendo ser convidados para dele participar integrantes do Legislativo federal ou municipal e ainda de outros estados da Federação.

- Os Fóruns Permanentes terão prazo de duração indeterminado e se extinguirão com o término da legislatura em que foram constituídos ou quando requerido ao Plenário o encerramento de seus trabalhos.

INSTITUCIONAL



Jonas Lemos Campos

Deputado Antônio Aguiar, presidente Julio Garcia e presidente da FCEE, Rosane Vailatti, na cerimônia

Assembléia cede impressora Braille à FCEE

Entrega de equipamento para Fundação Catarinense de Educação Especial vai beneficiar 800 estudantes com deficiência visual

Uma medida que vai beneficiar mais de 800 estudantes com deficiência visual em todo Estado foi formalizada dia 5 com a entrega de uma impressora em Braille pelo presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), à Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). O equipamento, cedido em regime de comodato, irá suprir uma carência da instituição de ensino especial no que se refere à impressão de livros didáticos, proporcionando aos alunos com deficiência visual o acompanha-

mento das atividades em sala de aula simultaneamente àqueles que possuem a visão. Além de imprimir os livros didáticos, o convênio prevê a transcrição em Braille das leis produzidas no Parlamento catarinense, bem como os demais documentos legislativos.

O presidente da Assembléia, Julio Garcia, destacou a importância da medida. "Isso demonstra que a Assembléia está em sintonia com a sociedade e com os que precisam de ações de inclusão social, não somente em discurso,

mas também em gestos", declarou. A ação contou com apoio dos demais parlamentares. Lembrou ainda que o termo de cessão foi assinado por todos os membros da Mesa.

A presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, Rosane Vailatti, confirmou que a cessão é de suma importância. A impressora Braille Express tem capacidade de impressão de 150 caracteres por segundo, com função sonora que anuncia o final da impressão.



CONHEÇA O LEGISLATIVO

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

A Diretoria de Recursos Humanos da Assembléia Legislativa foi instituída por intermédio da resolução 001/06 agregando ao seu funcionamento cinco outras coordenadorias responsáveis pelo gerenciamento humano e a valorização do corpo funcional da instituição. São elas as coordenadorias: de Processamento do Sistema Pessoal; de Atos e Registro Funcionais; de Planejamento e Avaliação Pessoal; de Estágios Especiais e de Saúde e Assistência.

Em consonância com suas atribuições, a Diretoria de Recursos Humanos atua no sentido de estabelecer diretrizes, planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas coordenadorias vinculadas diretamente ao setor. Através da dinâmica aplicada pela diretoria, o setor busca políticas de recursos humanos agregada à qualidade do trabalho e desenvolvimento humano.

Voltada ao corpo funcional da Assembléia Legislativa, a diretoria ratifica uma nova visão de administração comprometida ao aprimoramento de gestão da Casa.

Entre as suas atribuições, estão o processamento de diversos documentos, a elaboração de atos de Mesa, portaria, termos de posse dos servidores registrando e armazenando informações funcionais e atuando ainda no controle da composição de cargos comissionados e de limite de verbas.

Buscando aprimorar meios e condições para a implantação da Reforma Administrativa, importante conquista dos servidores, a diretoria colaborou com meios e condições favoráveis ao acontecimento.

Além de suas atribuições, a diretoria zela pela boa sintonia com os servidores estando sempre à disposição, transformando-se em um canal de interação entre os servidores e a administração do Poder Legislativo.

O Ato da Mesa nº 314/06 expandiu o leque de atribuições da diretoria, determinando que o recurso humano coordene também as ações do Comitê Endomarketing, que estabelece um sistema integrado de comunicação interna, aperfeiçoando a relação entre a administração e os funcionários.

Fonte: Diretoria de Recursos Humanos

Santa Catarina mantém liderança nacional na doação de órgãos

Santa Catarina continua liderando o mapa nacional de doações de órgãos, ao contrário dos números gerais do país que, desde 2004, apresentam retração. Enquanto no Brasil a média este ano é de 5,4 doadores para um milhão, em nosso Estado a marca é de 14,7 doadores para o mesmo universo. A SC Transplantes é que gerencia este trabalho bem-sucedido.

O diagnóstico das doações de órgãos foi traçado em audiência pública, realizada dia 4, pela Comissão de Saúde, pre-

sidida pelo deputado Jailson Lima (PT) e com a participação da deputada Odete de Jesus (PRB) e Serafim Venzon (PSDB). De acordo com o secretário estadual de Saúde, Dado Cherem (PSDB), a logística, que é estendida aos hospitais, e a capacidade dos médicos que trabalham nesta área são os catalisadores desse sucesso.

Obstáculos

Apesar das dificuldades que cercam as doações, que vão desde crenças até desinforma-

ção, Santa Catarina conquistou o resultado positivo, segundo Cherem, graças a uma série de fatores.

Entre os principais, ele cita a boa informação através de campanhas de cunho científico incentivando a doação de órgãos; a operacionalização do sistema de transporte em todo estado com uma equipe que atende 24 horas por dia e sete dias por semana; a boa capacitação dos profissionais envolvidos; a estruturação dos hospitais e sem esquecer do altruísmo dos doadores.

Um ato que depende de conscientização

O superintendente de Serviços Especializados da Secretaria de Saúde, Roberto Hess de Souza, destacou, na audiência pública, que a conscientização é muito importante para o sucesso na captação de órgãos. Por isso, ele defende que a vontade das pessoas de serem doadores seja expressa em vida, ajudando assim a reduzir a fila de transplantes.

Vale destacar que a legislação brasileira permite doação múltipla de órgãos apenas com a anuência da família e após documentação bem fundamen-

tada atestando a morte cerebral de forma incontestável, explica Joel de Andrade, gerente de transplante da SC Transporte.

O conselheiro da Associação Brasileira de Transplantes, Valter Garcia, lembra que os menores de idade não podem ser doadores, podendo apenas oferecer a medula óssea, o que ocorre entre familiares normalmente.

Garcia propõe que as pessoas pensem na doação de órgãos como uma espécie de "seguro de vida" para as pessoas queridas. "Mesmo para nós, que um dia podemos precisar".

Invenção beneficia o meio ambiente

Em Capinzal, uma invenção do engenheiro Carlos Covalski possibilita a reciclagem de gordura vegetal e animal para obter o biodiesel. O primeiro equipamento está montado e já produz o combustível em caráter experimental.

Todo o processo foi explicado por Covalski e pelo gerente comercial da Fast Indústria e Comércio, Antoninho Baretta. A empresa - cujo lema é "responsabilidade ambiental" - está engajada na preservação do meio ambiente desde sua fundação, há 15 anos. Quem apostou primeiro na ideia do pesquisador Covalski foi o próprio dono da empresa, Marius Juliano Farina.

O equipamento - que pode ser considerado como uma miniusina - recupera a gordura ácida no tratamento de efluen-

tes para fabricar biodiesel e ainda obtém glicerina como subproduto.

O custo pode chegar a R\$ 2 milhões somente para a implantação da infra-estrutura, como tanques, flutadores e bombas, mas esse gasto é recuperado em pouco tempo pelo reaproveitamento do material que até agora vai para o lixo e mananciais.

Segundo informou Baretta, quatro usinas já estão vendidas para a Sadia e Perdigão. Estas do mundo, deverão instalar o que Baretta denomina de "conceito Fast no tratamento de efluentes industriais" em todas as suas unidades. Serão fabricadas máquinas para beneficiar de 250 mil litros/hora a 6 mil litros/hora de qualquer tipo de gordura.

Cooperativa quer produzir o etanol

Melado, mascavo e cachaça são produtos da cana-de-açúcar que já fazem parte do mix de produção da Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses (Aepac) com sede em São Miguel do Oeste. Em pouco tempo, também o etanol deverá estar integrando a lista, e com investimento reduzido. Para isso, a entidade, que funciona como uma cooperativa, está reunindo seus associados e outros ainda deverão integrar esta nova etapa, aumentando de 40 para mais de 200 hectares plantados.

O diretor da Aepac, Osmar Aurélio von Dentz, conta que existem 9 hectares plantados com a cana-de-açúcar, pelas cinco famílias da Associação, e outros 31 hectares em parceria. Colhem de 45 a 50 toneladas por hectare e sem muita adubação. Isso proporciona uma cana com qualidade alta, produtos ecologicamente corretos, uma cachaça tipo exportação e ainda existe a possibilidade de colocarem no mercado catarinense o biocombustível etanol, a um preço mais acessível do que os atuais.

Segundo o presidente da Aepac, Emídio Pelissari, a ideia é expandir os atuais 40 hectares plantados para mais de 200 hectares, adquirir uma moenda de maior capacidade, mais pipas

para fermentação e também um trator. Este veículo, em vez de permanecer na associação, levará a moenda até as propriedades para no próprio local de colheita beneficiar a cana, cujo bagaço fica como adubo para a propriedade. "Daria para atender 230 famílias. Hoje são 40", informou.

Cachaça

Pelissari diz que ainda faltam informações para a nova iniciativa, com a produção de etanol, mas afirma que nele está o futuro, o progresso, junto com a produção de açúcar mascavo, que está aumentando, e também da cachaça, que foi denominada de Sabor da Esperança. A marca está em fase de oficialização. São produzidos 100 mil litros por dia, e mais 300 quilos de mascavo e mil quilos de melado por ano.

Para o agricultor, a realização das audiências públicas pela Assembleia Legislativa é a melhor maneira de discutir a produção dos biocombustíveis. "É a nossa chance de encontrar todos juntos, e também os técnicos e os governos. Acho que se passarmos a produzir biocombustíveis, seja da cana, seja do girassol, ou de outras plantações, será a evolução do Brasil."

SC vai produzir biocombustíveis e usinas de reciclagem de diesel

Estado dá bom exemplo na preservação ambiental utilizando para este fim rejeitos que até então tinham como destino rios e mananciais

Verlaine Silveira

As audiências públicas realizadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a partir de maio, em várias regiões do Estado, para discutir a produção de biocombustíveis em Santa Catarina, estão desfecho com a assinatura, em breve, de um convênio com a Petrobras, Eletrobrás e Eletrosul. O acordo vai regular a produção e fornecimento do biodiesel.

A importância do debate sobre este tema é tão expressiva que está movimentando agricultores, empresários, administradores, legisladores e técnicos de todas as regiões do Estado. A mais recente audiência aconteceu em Capinzal, no dia 31 de agosto.

O presidente da CCJ, deputado Romildo Titon (PMDB), destaca que os catarinenses poderão ser precursores na iniciativa de produzir biocombustíveis, como o óleo diesel, a partir das sementes de girassol, canola, mamona, dendê, pinhão manso e tingue, entre outros plantios, e também usando gorduras vegetais e animais descartadas pelas indústrias. Desta forma, também o meio ambiente será beneficiado, pois a maior parte desses rejeitos não irá mais para rios e outros mananciais.

Ao mesmo tempo, os catarinenses estão sendo pioneiros na criação de maquinário para este setor que está surgindo. A primeira usina já está funcionando em Capinzal e produzindo óleo

diesel a partir da mamona, tendo a glicerina como subproduto.

Até o final de agosto, 500 usinas tinham sido encomendadas à empresa e entre os maiores clientes estão a Sadia e a Perdigão.

O deputado Pedro Uczai (PT), que propôs a realização das audiências públicas e apresentou os projetos - 2.3/07, 3.4/07, 4.5/07 e 5.6/07 - que dispõem sobre a produção e industrialização da matéria-prima para o diesel, com agregação de valores, lembra que a ideia é também a de garantir que a Petrobras compre os biocombustíveis produzidos em Santa Catarina. "Estaremos implantando, com isso, novas vagas no mercado de trabalho e aumentando o poder aquisitivo do catarinense", informou.



Agricultores de São Miguel do Oeste estão implantando projeto para produzir etanol a partir da cana-de-açúcar



Usina de reciclagem de biodiesel fabricada em Capinzal já tem 500 unidades encomendadas para este ano

Recursos para irrigar nova atividade chegam a R\$ 1 milhão

As verbas federais a serem destinadas ao setor de biocombustíveis podem chegar a R\$ 1 milhão, segundo o deputado Pedro Uczai (PT). Em todo o Extremo-oeste, os agricultores estão eufóricos com a possibilidade de inserção de mais essa atividade. Muitos estão pensando em trocar os plantios para produtos que irão gerar renda tanto para produzir alimentos quanto para produzir biocombustíveis.

As opções, conforme esclareceu Uczai, são inúmeras. "Mas é preciso que sempre o agricultor tenha consciência de que se trata de mais uma atividade. Não é para ele trocar o plantio de alimentos pelo plantio de um vegetal que vai dar maior lucro com a produção de óleo. Ele só poderá destinar até 50% de sua área para isso, pois os outros 50% terão de ser, obrigatoriamente, para a lavoura de alimentos", esclareceu o deputado.

Além da Petrobras, Eletrobrás

e Eletrosul, na última audiência pública, que ainda será marcada, em substituição à de São Miguel do Oeste, que não foi realizada devido ao mau tempo, deverão estar presentes técnicos da Epagri de várias regiões, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais e agricultores de várias regiões de Santa Catarina.

No dia 27 de março, por exemplo, esteve em São Miguel do Oeste para participar da reunião o vice-prefeito de Praia Grande, Itamar Antônio Ferrigo. Nesse município do Extremo Sul do Estado, os agricultores também estão motivados para produzir biocombustíveis.

Segundo informou Uczai, entre as possibilidades de lavouras estão o plantio de girassol, canola, mamona, dendê, pinhão manso e tingue, sendo estas duas últimas culturas perenes, possibilitando um rendimento maior.

SAIBA MAIS

Biocombustíveis

São também denominados biocombustíveis renováveis, usando como matéria-prima produtos naturais como a cana-de-açúcar, mamona, girassol, pinhão manso e a soja usada para fabricar o biodiesel e outros óleos vegetais.

Biodiesel

É o combustível produzido a partir de matérias-primas renováveis, como gordura animal e óleos vegetais extraídos da mamona, dendê (palma), girassol, babaçu, soja, entre outros.

Lei nº 11.097

Esta lei, de 13 de janeiro de 2005, estabelece a obrigatoriedade da adição de um percentual mínimo de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor em qualquer parte do território nacional.

Audiência pública em Capinzal aumenta interesse

Na audiência pública realizada em Capinzal, no dia 31, o debate em torno do biodiesel cumpriu a função de levar a discussão para as mais distantes regiões do Estado, atendendo requerimento do deputado Pedro Uczai (PT), um grande defensor da produção dos biocombustíveis em Santa Catarina. Em Capinzal, participaram técnicos, lideranças políticas, estudantes e professores.

"Temos tecnologia suficiente para nos transformar em uma potência no setor de energias renováveis", afirmou na reunião o presidente da CCJ, deputado Romildo Titon. Segundo ele, o Meio-oeste catarinense já se destaca nesta iniciativa, que trará melhores possibilidades de renda aos produtores e tem mecanismos para assumir uma produção de biodiesel em larga escala.

Além dos deputados Titon e Uczai, participaram da reunião o empresário Marius Farina, da Fast Indústria e Comércio, que está produzindo as usinas para fabricar biodiesel, os prefeitos Nilvo Dorini, de Capinzal, José Pastore, de Ouro, e Nelson Cruz, de Campos Novos, o secretário da Agricultura de Ipirá, Moacir Baretta, o vice-prefeito de Luzerna, Alcir Denardi, os secretários do Desenvolvimento Regional de Joaçaba, Jorge Dresch, e de Campos Novos, Alcides Mantovani, e o engenheiro agrônomo com mestrado em energias renováveis, Lido José Borsuk, assessor do deputado Uczai, que fez uma palestra especial.

Para Mantovani, a produção

de biodiesel paralelamente à produção de alimentos é uma possibilidade de desenvolvimento para a região, de uma forma que preserve a natureza e amplie nossa riqueza". Ele fez questão de salientar que a iniciativa da Assembleia é crucial no esclarecimento.

O presidente da Câmara de Vereadores de Capinzal, Moacir Zanluca, lembrou que o biodiesel a partir de rejeitos industriais é uma fonte de renda e geração de energia não só para os grandes, mas também para os pequenos agricultores da região.

Gordura

Farina, por sua vez, explicou o projeto para implantação das usinas de reciclagem dos efluentes industriais. Ele falou ainda sobre a necessidade de produzir biocombustíveis, ressaltando que o Brasil pode ser um grande produtor, a partir de gordura animal e gordura vegetal.

O importante, lembrou Farina, no momento em que a Fast já tem 500 usinas comercializadas, é o Legislativo estudar uma forma de reduzir os impostos na comercialização das usinas e do biodiesel para que a nova atividade possa desenvolver-se em Santa Catarina. É importante saber que a produção do biodiesel não gera efluentes. Ele informou que técnicos da Petrobras já visitaram sua empresa e já aprovaram a iniciativa e o projeto das usinas. "Tem futuro e estamos no caminho certo", disse Farina.

Agricultores devem pedir financiamentos

Buscar caminhos e instrumentos de subsídio financeiro próprio com o governo federal, através da Eletrobrás e Eletrosul, são, para o deputado Uczai, uma necessidade. "Esses órgãos já estão percebendo a importância dessa política pública de recursos renováveis", acredita o parlamentar.

É preciso estar atento para ver as experiências locais que estão ocorrendo nas áreas de produção e de tecnologia. Em Criciúma, lembrou Uczai, já foi mostrada a experiência da Epagri em relação ao etanol. Em Rio do Sul

foi construída uma destilaria de álcool e hoje uma estrutura para sua divulgação já foi montada na Avenida Paulista, em São Paulo.

Em Abelardo Luz, a experiência está sendo feita com o girassol, produzindo óleo comestível e também o biodiesel, em São Miguel do Oeste com a cana-de-açúcar e Capinzal tem a tecnologia da empresa Fast, idealizada pelo engenheiro Carlos Covalski para construção de usinas de reciclagem, inicialmente do óleo de mamona, para produzir biodiesel.

COMISSÕES

Eduardo Guedes de Oliveira



Debate em torno do projeto de lei que isenta concessionárias do transporte urbano do ICMS sobre óleo diesel lota Auditório Deputada Antonieta de Barros

Audiência pública debate isenção do ICMS no diesel para transporte coletivo

Se aprovado o benefício fiscal previsto em projeto de lei, população deve sentir no bolso a redução das tarifas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) realizou, dia 3, audiência pública para tratar do projeto de lei que dispõe sobre a isenção do ICMS na aquisição de óleo diesel pelas empresas concessionárias de transporte urbano. A matéria é de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), também proponente da audiência, mas a própria bancada do seu partido reconhece que a matéria, por se tratar de um benefício fiscal, deve ser de iniciativa do Executivo.

Presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), vice-presidente da CCJ, a audiência no auditório Deputada Antonieta de Barros teve participação de sindicatos, usuários de transporte coletivo, secretários municipais e vereadores.

A situação do transporte é considerada crítica no Brasil, penalizando principalmente a população de baixa renda. Segundo dados do IPEA, 55 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja, 45% da população do Brasil está às margens da sociedade. Deste total, 37 milhões vivem nas cidades e são impedidos de utilizar cotidianamente o transporte coletivo. Isto significa que o transporte público urbano tornou-se inacessível para um grande contingente de pessoas.

Partindo deste pressuposto, Darci de Matos apresentou matéria prevendo o benefício fiscal, que deve ter como consequência a queda nas tarifas em Santa Catarina. "Esta é uma proposta de fun-

damental importância para a população e que não onera os cofres públicos. A renúncia fiscal chega a R\$12 milhões/ano. Existem estados que já exercem a isenção e outros que trabalham com uma redução. Começamos o debate aqui, mas contamos com os representantes catarinenses na Câmara para sensibilizar o governo federal no sentido de diminuir drasticamente a carga tributária do transporte coletivo", afirmou o parlamentar.

Sobre a proposta, o representante da Secretaria Estadual da Fazenda, Carlos Roberto Rolim, ressaltou que é preciso analisar o aspecto técnico do benefício fiscal e lembrou que "o Estado já pratica a tarifa mais baixa, de 12%" neste item.



Deputados e representantes do setor avaliam impacto da medida

Empresário elogia lucidez do Parlamento

Representando o Setpesc (Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Santa Catarina) e o Setuf (Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Florianópolis), o empresário Moacir Bogo se disse impressionado com a clareza que os deputados demonstraram em suas abordagens sobre o transporte coletivo.

Bogo disse que "nos países de Primeiro Mundo os governos subsidiam até 2/3 da passagem, além de participar em parte do investimento feito pela iniciativa privada". Citou algumas causas do encarecimento das passagens, como a concessão de descontos sem fonte de custeio, alta inci-

dência de impostos, tolerância ao transporte clandestino e falta de prioridade para o coletivo no sistema viário.

O empresário também traçou um histórico de aumentos relacionados ao setor: entre agosto de 2006 e agosto de 2007, o óleo diesel recebeu aumentos da ordem de 452%, enquanto as tarifas ficaram em 173%. Outro dado significativo é que em 1997 o óleo diesel representava 7,3% no custo da passagem, já em 2007 este percentual pulou para 20%. Bogo enumerou estados que adotam a isenção, Amazonas e Paraná – e os que praticam a redução: Goiás, Tocantins, Pernambuco e Bahia.

Sobre o projeto do deputado Darci de Matos, Bogo destacou o caráter social da proposta. Segundo ele, a renúncia fiscal seria pequena, de R\$ 1,1 milhão anuais. Outras isenções promovidas, lembrou, são bem maiores: cesta básica (R\$ 180 milhões), ICMS (R\$ 200 milhões), energia elétrica (R\$ 25 milhões).

Para o deputado federal Edinho Bez (PMDB), que integra a Comissão de Viação e Transportes da Câmara Federal, o projeto do deputado Darci de Matos é a oportunidade de a questão ser resolvida. "Abracei este projeto. Ele é importante para o governo do Estado de Santa Catarina. Vamos solicitar a sua aprovação."

Emenda prevê extensão a barcos

O relator da matéria, deputado Cesar Souza Júnior (DEM), elogiou a dupla iniciativa de Darci de Matos: da autoria do projeto e da audiência pública. "O transporte coletivo é caro para o usuário que o utiliza e também para o empresário que investe. Os números indicam que 40% do preço da passagem é de tributos e encargos do governo". Júnior salientou que no mundo desenvolvido o "governo subsidia o transporte coletivo, uma necessidade básica dos trabalhadores e dos estudantes".

Autor de uma proposta de emenda ao projeto de lei, o Professor Grandó destacou que "é importante estender a redução também aos barcos de transporte, já que os pescadores já usufruem de isenção semelhante".

O deputado Sargento Soares (PDT) lembrou dos confrontos protagonizados por movimentos estudantis e autoridades por conta dos aumentos de tarifas. Para solucionar a questão, destacou a importância em incentivar e privilegiar o transporte coletivo, ocasionando também redução da poluição com a menor utilização de carros e a queda nas tarifas.

"Essa mobilização não pode correr risco de ser apenas mais uma forma de aumentar o lucro das empresas. É preciso que as medidas aqui defendidas tenham uma consequência direta no barateamento das tarifas, já que o transporte coletivo é uma concessão pública e precisa atender os interesses da coletividade", destacou Soares.

COMISSÕES

Constituição e Justiça analisa 47 proposições

Comissão acata substitutivo global do projeto que dispõe sobre taxas estaduais e aprova matéria do peixe na merenda

Numa reunião que durou cerca de três horas, a Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), analisou 47 proposições dia 4, entre aprovações, pedidos de vista e diligenciamento. Presidida pelo deputado Romildo Titon, o destaque da semana na Comissão ficou por conta da aprovação do Projeto de Lei nº 229/07, de autoria do Executivo, que dispõe sobre as taxas estaduais. A matéria, que causou polêmica no primeiro semestre do ano, foi aprovada com o acatamento do substitutivo global, de autoria do deputado João Henrique Blasi (PMDB), prevendo aumentos de 9 a 12%. "É ainda o tarifaço", criticou o deputado Joares Ponticelli (PP), que pediu o arquivamento da matéria.

Foi aprovado também o Projeto de Lei nº 20/07, de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT), que inclui a carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais de Santa Catarina. A matéria foi aprovada com a emenda aditiva



Membros da CCJ também dão sinal verde para projeto que proíbe exigência de caução para internação hospitalar

do deputado Jandir Bellini (PP), que estabelece a comercialização da carne industrializada, já que, segundo Bellini, na forma "in natura", a carne do peixe pode acarretar em problemas de segurança alimentar às crianças. De acordo com os deputados petistas Pedro Uczai e Padre Pedro Baldissera, a emenda

exclui grande parte dos pequenos produtores de peixe do estado. Já o relator da matéria, Cesar Souza Júnior (DEM), falou que houve entendimento pelo acolhimento da emenda com a autora do projeto.

Também foram aprovados pela comissão os Projetos de Lei nº 251/07, de autoria do deputado

José Natal Pereira (PSDB), que institui o "Projeto Degrau", que dispõe sobre a apresentação de artistas e/ou grupos amadores em Santa Catarina e o Projeto de Lei nº 271/07, de autoria da deputada Odete de Jesus (PRB), que proíbe exigência de depósito para internação hospitalar de emergência.

Na oportunidade foi aprovada também a admissibilidade do Projeto de Lei nº 360/07, tendo como autor o deputado Onofre Agostini (DEM), que proíbe a utilização de animais selvagens, domésticos ou domesticados, nativos ou não, em espetáculo de circo itinerantes realizados em todo o estado.

A CCJ decidiu, em consenso, a relatoria de Cesar Júnior para todos os projetos referentes à área da educação, como inclusão de matéria no currículo escolar. O parlamentar se comprometeu em trazer o seu parecer sobre as matérias em ocasião futura, para posteriormente a comissão competente debater o seu mérito.

O deputado Pedro Uczai (PT) apresentou requerimento propondo a realização de uma audiência pública para debater o PLC nº 31/07, que institui o Fundo Especial de Defensoria Dativa. Por sugestão de Blasi, e acatada por unanimidade, a audiência será realizada em conjunto com a Comissão de Finanças, em data a ser definida.

Estudantes do Morro do Maciço denunciam abuso policial

A reunião da CCJ no dia 4 foi interrompida por cerca de 10 minutos para que estudantes das escolas estaduais Celso Ramos e Jurema Cavalazzi, do Fórum do Morro do Maciço, em Florianópolis, fizessem uma manifestação contra ações violentas por parte de policiais militares. O protesto reuniu diretoras, professores, pais e alunos das duas instituições, revoltados com fatos recentes como o ocorrido com o estudante L.O., de 14 anos, da escola Celso Ramos.

De acordo com seu pai, Maurício Oliveira, que participou do ato, na semana passada, L.O. voltava de uma festa quando foi abordado por policiais. Levou socos e pontapés e depois foi questionado se sabia correr. "Aí mandaram o meu filho correr e deram um tiro com bala de borracha pelas costas. A bala perfurou o casaco, o moleton, a camiseta e a carne do menino", descreveu. Maurício disse que uma vizinha acompanhou a agressão pela janela e viu quando os policiais fugiram. Imediatamente ligou para o 190 e exigiu que viessem recolher L.O. para que fosse levado a um hospital, ameaçando ir à imprensa para denunciar o que viu. "Foi a sorte. Meu filho poderia ter ficado paraplégico ou até morrido por



Alunos das escolas Celso Ramos e Jurema Cavalazzi repudiam violência

falta de socorro."

A diretora Lia Mara Dornelles, da escola Celso Ramos, contou que a tortura continuou dentro da viatura. Obrigados a socorrer L.O., os policiais continuaram o espancamento durante o trajeto até o hospital. "Conheço o L. Ele é meu aluno, já trabalha, não fuma, não bebe e não usa drogas. A atitude desses policiais foi gratuita e revoltante." Lia Mara acrescentou que tem se tornado corriqueiras as provocações de policiais com alunos das escolas do Maciço. Muitos estudam à noite, no pré-vestibular comunitário, e quando estão se dirigindo para casa são abordados por policiais que pegam suas mo-

chilas e viram o conteúdo no chão. "Depois mandam que os nossos alunos se abaixem para pegar. Provocam para ver se algum deles reage", lamenta.

Na reunião da CCJ, o grupo teve como porta-voz o representante da entidade Negros Unificados Hip-Hop, Jhean Fábio Nascimento. Filho de capitão da PM já falecido, Jhean disse que se soubesse de atitudes semelhantes de seu pai, teria vergonha. Ao final da manifestação, o deputado Darci de Matos (DEM) sugeriu que a Casa promova uma reunião entre os representantes das escolas e da comunidade com o Comando da PM e representantes da Secretaria de Segurança Pública.

Finanças aprova ajuda de custo para servidores

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou, por maioria, dia 5, o Projeto de Lei Complementar nº 5/07. O PLC, de autoria governamental, que no texto original veda o pagamento de ajuda de custo aos servidores civis e militares estaduais integrantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, por ocasião da participação em cursos de qualquer natureza, recebeu emenda aditiva do deputado Sargento Amauri Soares, líder do PDT. A emenda exclui da proibição os cursos necessários para estes servidores galgarem postos ou graduações no plano de carreira dos militares estaduais.

A matéria, que foi aprovada na CCJ apenas com a redação original, estava com voto visto dos deputados Décio Góes (PT), na ocasião representado pelo seu companheiro de bancada, Dirceu Dresch, e da deputada Odete de Jesus (PRB), que deram parecer favorável ao projeto com a emenda. "Sabemos que os policiais civis e militares não possuem condições satisfatórias para estar participando dos cursos. Entendemos que é função do Estado patrocinar ao militar a participação, tendo em vista que o policial dá a sua

vida pela segurança do cidadão catarinense", destacou Góes em seu parecer. Os deputados Renato Hinnig (PMDB) e José Natal Pereira (PSDB) manifestaram posição contrária à emenda.

Aprovado também o Projeto de Lei nº 170/07, de autoria do deputado Professor Sérgio Grandó (PPS), que dispõe sobre a implementação de sistemas de naturezação através da criação de "telhados verdes" em espaços urbanos de Santa Catarina, ou seja, criação de jardins implantados em telhados ou terraços das edificações nos espaços urbanos, adaptados à realidade biotecnológica.

Esclarecimentos

Os secretários de Estado da Fazenda e Educação, Sérgio Rodrigues Alves e Paulo Bauer, respectivamente, vão participar da próxima reunião da Comissão de Finanças, dia 12, às 9h30min, para prestarem esclarecimentos sobre os artigos 170 e 171 da Constituição Estadual, sobre bolsas para ensino superior, bem como sobre a lei aprovada em 2000, de autoria de Odete de Jesus, que garante a gratuidade do cursinho pré-vestibular a pessoas carentes.

Parlamento ajuda a encurtar caminho para seguro obrigatório

Deputados referendam projetos que facilitam a vida de envolvidos em acidentes para buscar indenização do DPVAT

A Assembléia aprovou, dia 4, dois projetos relacionados à indenização nos acidentes de trânsito através do seguro obrigatório. Um deles ajuda esclarecer a população como proceder para receber a ajuda prevista na Lei Federal nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974. O Projeto de Lei nº 202/07, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), determina que dos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, acontecidos em qualquer parte da jurisdição do estado, deverão constar os procedimentos para o recebimento da indenização, paga pelo do seguro obrigatório – DPVAT.

Constam como procedimentos a determinação gráfica no boletim de ocorrência dos prazos do envio do requerimento, pedindo a



Darci: boletins de ocorrência

devida indenização ao consórcio de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos de vias terrestres (DPVAT); relação, por escrito, de todos os documentos necessários, os quais deverão acompanhar o requerimento do pedido de indenização, e infor-

mação, por escrito, do órgão e seu respectivo endereço, para onde deverão ser encaminhados os requerimentos de pedido de indenização e demais documentos, legalmente exigidos.

Darci explica que o DPVAT é um seguro que indeniza por morte, invalidez permanente e reembolsa despesas médico-hospitalares a todas as vítimas, seja passageiro ou pedestre, de acidentes de trânsito causados por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga.

Lembra o parlamentar que o pagamento deste seguro é obrigatório, garantindo-se, portanto, aos vitimados de acidentes com veículos, o recebimento de indenização, ainda que os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Avisos em hospitais, funerárias e postos policiais

Outro projeto de lei, de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), de nº 147/07, estabelece que em todos os hospitais, postos de saúde, ambulatórios e demais estabelecimentos de saúde públicos e privados, postos militares e funerárias, deverão ser fixados e mantidos avisos sobre o seguro obrigatório de danos causados por veículos automotores de vias terrestres – DPVAT. Os cartazes, placas ou adesivos deverão conter quem possa utilizar, beneficiário em caso de morte, beneficiário em caso de

invalidez permanente, acidente com mais de uma vítima, acidente com veículos infratores e valores de indenização estabelecidos pela Resolução CNSP 112, de 2004.

O parlamentar esclarece que sua proposição tem por finalidade informar o cidadão dos seus direitos no tocante à Lei Federal nº 6.194, que pode ser requerido pela própria vítima do acidente ou seus beneficiários, não precisando da intervenção de terceiros, e que a cobertura do mesmo não está vinculada às regras de trânsito.



Nilson: informação ao cidadão

Aprovada proposição que exige cartazes de prevenção à AIDS



Odete: prevenção em motéis

De autoria da deputada Odete de Jesus (PRB), foi aprovado, dia, 4, o projeto de Lei nº 330/07, que determina a fixação de cartazes sobre prevenção à AIDS junto aos motéis e afins em todo o território do Estado, inclusive no interior de todos os seus quartos e apartamentos. Segundo a parlamentar, “pretendemos colaborar com a prevenção desta doença que tem tirado a vida de milhares de pessoas”.

Segundo previsão do Banco Mundial, o Brasil teria 1,2 milhão de infectados pelo HIV

no ano 2000. Hoje, calcula-se uma população de 600 mil portadores do HIV, incluindo pessoas que já desenvolveram AIDS e excluindo os óbitos. Diferente da notificação dos casos de AIDS, os dados de HIV são estimados, portanto, não estão disponíveis informações sobre as principais vias de infecção.

Para Odete, “Santa Catarina tem a grande oportunidade de inovar e colaborar com o combate desta doença que se alastra pelo mundo. Não pretendemos aqui criar uma nova fórmula ou receita, mas apenas colaborar com o combate desse mal que vem tirando a vida e colocando em risco a de tantas outras”.

A nova lei altera a Lei nº 11.392, de 3 de maio de 2000, que institui a Política Estadual de Prevenção e Controle às Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST, à Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS e dispõe sobre a discriminação aos portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana – HIV.

Proibição de celulares nas escolas públicas

Com o objetivo de assegurar o aprendizado escolar, o deputado Antônio Aguiar (PMDB) apresentou o Projeto de Lei nº 402/07, que trata da proibição do uso de telefone celular nas escolas estaduais de Santa Catarina. O parlamentar afirmou que o uso do celular no ambiente escolar compromete o desenvolvimento e a concentração dos alunos nas salas de aula.

De acordo com o deputado, muitos alunos utilizam o aparelho para colar nas provas. “O exibicionismo é outro mal oferecido pelo celular. Cada dia um aluno surge com um modelo novo dotado de novas tecnologias, virando objeto de status”, falou. Como justificativa para o projeto, Aguiar afirmou que todas as escolas públicas do Estado dispõem de telefones fixos e telefones públicos.

Segurança

O deputado Sargento Amauri Soares (PDT) voltou a manifestar-se sobre o não cumprimento, por parte do governo estadual, da Lei Complementar nº 254/03. A lei prevê o reajuste de 93,81% a ser incorporado gradativamente aos salários dos servidores da segurança pública. Inconformado com a situação, afirmou que a Associação dos Praças de Santa Catarina (Aprasc) irá promover uma assembléia com praças e bombeiros no dia 25 de setembro para debater a questão.

Polícia Militar

A instalação da 9ª Companhia Regional da Polícia Militar no Extremo-oeste do estado foi comemorada pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB), que garantiu que a corporação vai proporcionar mais segurança aos mais de 200 mil habitantes da região. A Companhia será instalada no município de São Miguel do Oeste e inaugurada no dia 14 de setembro para atender as regionais de Dionísio Cerqueira, São Miguel do Oeste, Palmitos e Maravilha.

Curitibanos

A iniciativa da empresa Berneck, especializada em madeira, que anunciou uma nova instalação no município de Curitibanos, fez o deputado Onofre Agostini (DEM) manifestar-se em Plenário. De acordo com o parlamentar, a obra, que terá um investimento de R\$ 500 milhões e estrutura de aproximadamente 80 mil m², vai oferecer cerca de 5 mil empregos indiretos. Ressaltou ainda que existe outra empresa interessada em investir no mesmo espaço doado pela administração do município.

BR em SC

O estado das rodovias federais em Santa Catarina voltou a ser mencionado pelo líder do PSDB, deputado Marcos Vieira. Ele fez um apelo para que os colegas cobrem mais recursos nesta área.

O deputado trouxe para o Plenário informações concedidas pelo DNIT. “Santa Catarina possui 2,3 mil quilômetros de rodovias federais e o governo garantiu R\$ 271 milhões. É um valor pequeno que não resolve nada, praticamente”.

Laboratório

O líder do PMDB, deputado Manoel Mota, recebeu na terça-feira (4) o presidente da Fapesc, Diomário Queiroz, e lideranças do município de Sombrio para debater a futura instalação de um laboratório de ensaio cerâmico. De acordo com o parlamentar, o laboratório vai avaliar a qualidade da cerâmica utilizada para fazer tijolos, telhas e outros materiais. Salientou que vai articular com o governo do Estado para que o projeto se torne realidade, atribuindo à região qualidade e desenvolvimento no setor.

GERAL

CPI da Casan quer parecer da CCJ sobre investigação

A CPI da Casan, presidida pelo deputado Onofre Agostini (DEM) quer um parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) delimitando a investigação. Neste sentido, aprovou, dia 4, requerimento do deputado Renato Hinig (PMDB) para que o trabalho se limite à denúncia do Ministério Público, baseada na versão do vereador de Rio do Campo, José Lino Coelho (PSDB). "A investigação deve ser única e exclusivamente sobre os fatos determinados da denúncia. Por isso fizemos esse pedido, até porque o Ministério

Público já está fazendo essa mesma investigação". O MP diz que os serviços da Casan teriam sido usados com fins eleitorais. A CCJ tem o prazo de uma reunião regimental para emitir o parecer sobre o assunto. A Comissão de Justiça se reunirá na próxima terça-feira (11).

Roteiro

O relator da Comissão de Inquérito Parlamentar, deputado Jailson Lima (PT), apresentou o roteiro a ser seguido. Primeiro

devem ser ouvidos o autor da denúncia, José Lino, e o diretor da Casan da região Norte/Vale do Itajaí, Pedro Paulo Chiminello. "Além desses depoimentos, ainda haverá a solicitação de documentos e talvez até outros depoimentos. Tudo vai depender do andamento da CPI. O fato principal é não traçar nenhum pré-julgamento", concluiu o relator.

Também estiveram na reunião os deputados Sargento Soares (PDT), Reno Caramori (PP), Moacir Sopelsa (PMDB) e José Natal Pereira (PSDB).

Assembléia sedia lançamento da EFAPI 2007



Eduardo Guedes de Oliveira

Festa de lançamento da feira, que será realizada de 5 a 14 de outubro em Chapecó, movimenta Assembléia

A 16ª edição da Efapi - Exposição-Feira Agropecuária Industrial e Comercial de Chapecó-, que acontece de 5 a 14 de outubro, no Parque de Exposições Tancredo Neves, em Chapecó, marcará os 40 anos ininterruptos do evento. A festa foi lançada oficialmente, dia 4, na Assembléia Legislativa.

A Efapi é a maior exposição do gênero do Sul do país. São esperados 450 mil visitantes em 10 dias da festa, que terá diversos shows nacionais. A expectativa é de que sejam gerados R\$ 100 milhões em negócios, nos setores de agropecuária, indústria, comércio, gastronomia, animais, veículos, equipamentos.

Em nome do presidente e dos demais parlamentares, o deputado Herneus de Nadal (PMDB)

declarou ser este um ano especial para a Efapi já que Chapecó comemorou, em 25 de agosto, 90 anos de fundação.

Nas festa de lançamento, foi exibido um vídeo sobre a campanha de divulgação, o histórico da expo-feira, as potencialidades do município, além da apresentação dos alunos da Escola de Artes de Chapecó.

Participaram do lançamento além de Herneus, o presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia (DEM), os deputados Odete de Jesus (PRB), Narcizo Parisotto (PTB), Gelson Merísio (DEM), Reno Caramori (PP) e Clésio Salvaro (PSDB). Também estava na solenidade o prefeito de Chapecó, João Rodrigues (DEM), que destacou que a realização da feira

comprova e consolida a vocação do município para o turismo de eventos.

O Parque de Exposições Tancredo Neves possui uma área territorial de 216.000 m², com 52 edificações com área coberta total de 50.000 m². Terá a participação de 650 expositores, o que representa uma expansão de 7% em relação à última edição. Quanto ao público, a expectativa é de que seja 12% maior.

O evento, que se transformou em referência no Brasil e para os países do Mercosul, constitui-se em uma verdadeira síntese da economia do Oeste catarinense e é uma das poucas feiras multissetoriais a manter o sentido de integração e promoção da vasta região polarizada de Chapecó.

[GABINETES]

VISITA A PRESIDIO

O deputado Padre Pedro Baldissera (PT), visitou no dia 3 o Presídio Regional de Balneário Camboriú. Acompanhado do presidente da Comissão de Segurança do Legislativo, deputado Dirceu Dresch (PT), o parlamentar se disse estarecido com as condições precárias da penitenciária.

O prédio, construído em 1973, previa a ocupação de apenas 36 detentos, contudo, hoje abriga mais de 300. A informação é do gerente do presídio, Leandro Kruehl, que recebeu os parlamentares. A visita foi motivada por um pedido de informação apresentado pelo parlamentar na última semana, questionando a Secretaria Estadual de Segurança Pública sobre a situação do projeto de construção de uma penitenciária estadual em Itajaí, que substituiria dois presídios, em Itajaí e Balneário Camboriú. O documento questiona por que a Secretaria, como executora de um contrato de repasse da Caixa Econômica Federal, não apresentou projeto técnico de engenharia até o dia 18 de agosto. O governo federal já disponibilizou pouco mais de R\$ 13 milhões, contudo o governo do Estado sequer apresentou um projeto para acessar os recursos. (Vagner Dalbosco, assessor do deputado Padre Pedro Baldissera)

PEDÁGIO NAS BR DE SC

O líder do PDT, deputado Sargento Amauri Soares, solicita à Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano da Assembléia Legislativa, em requerimento, a realização de uma audiência pública com o objetivo de discutir a instalação de praças de cobrança de pedágio nas rodovias federais de Santa Catarina. Soares é radicalmente contra instalação de pedágios nas estradas construídas com dinheiro público no estado. "Somos contra o pedágio em qualquer estrada e apoiamos a campanha 'SC sem Pedágio'. Dizer que estrada boa é aquela com pedágio é engano", disse o deputado. De acordo com notícia publicada recentemente na imprensa, estão previstas três praças na BR-116 (Planalto) e quatro na BR-101 (Litoral Norte). Com isso, Santa Catarina deixará de ser o único estado do Sul a não ter praças de cobrança. O programa de concessão de rodovias é uma das ações incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O deputado pretende convidar para audiência pública os prefeitos, vereadores e presidentes de partidos dos municípios catarinenses cortados por rodovias federais, além de parlamentares, movimentos sociais, a Secretaria de Estado de Infra-estrutura, a Superintendência do DNIT/SC, a OAB/SC e a Famesc - Federação das Associações de Moradores de Santa Catarina. (Alexandre Brandão, assessor do deputado Sargento Soares)

PARLAMENTO NO MERCOSUL

O deputado Elizeu Mattos (PMDB) retornou na noite do dia 4 de Montevidéu, capital do Uruguai. Ele fez parte da delegação brasileira que participou da reunião do Parlamento do Mercosul, que passa a funcionar de fato, através de uma eleição direta, em 2010. Na pauta de discussão está a possível integração de uma comissão de parlamentares estaduais.

O deputado, que faz parte da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul, na Assembléia Legislativa, retornou otimista do Uruguai. "A criação da comissão de legisladores estaduais é importante em razão da necessidade de acompanhamento dos trabalhos que serão desenvolvidos pelo novo parlamento por quem vivencia diretamente conflitos regionais". Citou como exemplo a cláusula de barreira imposta pela Argentina na exportação da banana catarinense. "O Estado precisou recorrer à bancada federal, e o problema se arrastou pois os parlamentares federais estavam por fora do assunto", enfatizou.

A União de Parlamentares do Mercosul é totalmente composta por deputados regionais da Argentina, Paraguai e Uruguai, e estaduais do Brasil, e reivindica a inclusão de uma comissão de parlamentares estaduais no Parlamento do Mercosul. (Carla Reche, assessora do deputado Elizeu Mattos)

QUARENTA VOZES E UM SÓ CORAÇÃO

CADA DIA MAIS PRESENTE NA SUA VIDA

Todo projeto, proposta de ação ou reforma de lei que entra em discussão na Assembleia Legislativa já passou por muitas mãos. Comissões especiais reúnem deputados de vários partidos, que se harmonizam em torno do interesse comum, para que o povo seja o grande vencedor. Em qualquer circunstância. Atrás dos trabalhos legislativos, as pesquisas, as coletas de informações técnicas, as interpretações das leis e o clamor popular abastecem as quarenta vozes da Assembleia, que se unem em um só coração catarinense. Seja qual for a idéia, a determinação é sempre beneficiar você.

ASSEMBLÉIA

Cada dia mais presente na sua vida



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

